

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

Representações dos camelôs pela mídia impressa paulistana

Panorama comparativo dos anos 1.920 e dos
primeiros anos do século XXI

Fábio Dummer Camargo

Novembro de 2015

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira.

Representações dos camelôs pela mídia impressa paulistana: panorama comparativo dos anos 1.920 e dos primeiros anos do século XXI¹

Fábio Dummer Camargo²

RESUMO

O presente trabalho estabelece associação entre as representações da atividade de camelô pela mídia impressa em dois momentos históricos, os anos 1.920, e os primeiros anos do século XXI, nas áreas centrais da cidade de São Paulo. Pela comparação de notícias de períodos distintos, verifica-se características comuns como a governança estatal que oprime pela violência, um projeto urbano das elites que se sustenta pela exclusão social, a criminalização do trabalho informal nos espaços públicos e a sedimentação de um senso comum de discriminação aos camelôs a partir da imprensa de ambas as épocas. É posta à reflexão a origem da atividade de vendedor ambulante a partir de características específicas da conjuntura brasileira, como o grande contingente de negros e pobres oriundos do sistema de escravidão, que deixou como um dos legados as acentuadas desigualdades sociais da capital paulista.

Palavras-chave: Camelô; São Paulo; Mídia impressa; Escravização; Trabalho informal.

ABSTRACT

The present research establishes an association between the representations of the hawkers' activity by the print media in two historical moments, the 1920's, and the first years of the XXI century, in central areas of Sao Paulo city. By comparing the news from distinct periods, there are common features such as the state government that oppresses by violence, an urban project of the elites that is sustained by social exclusion, the criminalization of informal work in public spaces and the sedimentation of a common sense of discrimination against street vendors from the press in both periods. It is placed to reflect the origin of activities of the street vendors from the specific characteristics of the Brazilian situation, as the great contingent of blacks and poor arising from the slavery system, which left as one of the legacy, the sharp social inequalities in Sao Paulo.

Keywords: Street vendor; Sao Paulo; Print media; Enslavement; Informal work.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura.

² Graduado em História/Licenciatura.

RESUMEN

El presente trabajo establece la asociación entre las representaciones de la actividad de buhonero por los medios de comunicación impresos en dos momentos históricos, los años 1.920, y los primeros años del siglo XXI, en las áreas centrales de la ciudad de São Paulo. Por la comparación de noticias de periodos distintos, se verifican características comunes como el gobierno estatal que oprime con violencia, un proyecto urbano de las élites que se sustenta en la exclusión social, la criminalización del trabajo informal en los espacios públicos y la sedimentación de un sentido común de discriminación a los buhoneros a partir de la prensa de ambas épocas. Se pone para reflexión el origen de la actividad de vendedor ambulante a partir de características específicas de la coyuntura brasileña, como el gran contingente de negros y pobres oriundos del sistema de esclavitud, que dejó como uno de los legados a las acentuadas desigualdades sociales de la capital paulista.

Palabras clave: Buhonero; São Paulo; Medios de comunicación impresos; Esclavitud; Trabajo Informal.

1. Contextualização da atividade de camelô nos anos 1.920 e sua ligação com o sistema de escravidão

É objetivo deste artigo, traçar paralelo entre as representações dos camelôs na mídia impressa da década de 1.920 e dos primeiros anos do século XXI, com ênfase às áreas centrais da cidade de São Paulo. Em ambas as épocas, pode-se aferir a discriminação, criminalização e opressão a esses trabalhadores por parte do Estado via força policial e imposição legal, em favor das elites econômicas sob o respaldo da imprensa.

No século XIX, a atividade informal de venda de ambulantes surge nos guetos e passa a ocupar o espaço público central de São Paulo, artifício que restara aos escravizados ou libertos, crioulos ou africanos, ou brancos pobres. A informalidade surge circunscrita em um projeto político republicano moderno, imposto sobre as cicatrizes de um Império agroexportador onde os protagonistas da elite econômica desejam dar contornos europeus e brancos (MENDES, L. CAVEDON, N., 2012, p. 126) à urbanização acelerada da capital paulista.

Ao mesmo tempo em que era uma preocupação, revelada via jornais impressos, a questão da mestiçagem do Brasil, tida como um empecilho ao desenvolvimento, deu-se uma grande migração interna de negros e mestiços recém-libertos, em 1888, em direção aos estados cafeeiros. Do regime escravocrata, emergiam homens e mulheres andarilhos – sem vez, voz ou sindicato, que viriam a se tornar o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de mascates urbanos (HOLANDA, 1995, *Apud* ITIKAWA, p. 54). A formação apressada de vila colonial, em 1828, a metrópole que se pretendia europeizada no final dos Oitocentos, São Paulo viu vicejarem, lado a lado, mundos diferentes, mas ao mesmo tempo próximos, visto que o setor que mais crescia era o dos ambulantes que vendiam, principalmente, produtos alimentícios.

Foi nesse cenário de contradições e desigualdades que se deu a urbanização de São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX. O modelo capitalista que primava pela racionalidade e a estética do espaço urbano, lançou mão de higiene, salubridade e disciplina num processo de marginalização do escravizado, da mulher e do pobre. As representações do escravo e dos forros pela imprensa paulistana, em jornais como o *Correio Paulistano* (1854), *A Província de São Paulo* (1875) e o *Diário Popular* (1884), davam conta de construir a identidade perante o leitor através de contraste: nós e eles, o branco e o negro, o são e o degenerado, etc. (SCHWARCZ, 1987, p. 249).

Tal abordagem se ampliou em jornais do início dos anos 1.920 à questão ideológica de limpeza e regeneração das áreas centrais urbanas, num esforço entre governo, elites e imprensa para excluir ou expurgar pessoas consideradas inferiores por sua condição étnica e/ou social.

2. Contextualização da atividade de camelô nos primeiros anos do século XXI

Na virada do século XIX para o XX, a questão do trabalho, ainda em formação no Brasil, apresentava fatores como a urbanização feita às pressas, a ação do Estado em barrar os afro-brasileiros da economia e o discurso médico que desabava sobre a multidão de desocupados,

principalmente pobres e negros (ANDREWS, 1998, apud MARTINS, 2012, p. 365-366).

Um século adiante, na passagem do XX para o XXI, a situação das questões trabalhistas é caracterizada pelo capitalismo brutalizado do Brasil, descarte do trabalho com regulação e mais uma vez a atuação do Estado em favor de setores empreendedores de capital, em detrimento das classes que dependem da própria força de trabalho e sofrem dos preconceitos da cor.

Nesse contexto, a atividade de camelô é marcada pela informalidade como regra e não exceção (figura 1), pela criminalização ligada à prática da pirataria, por violência policial, por uma malha urbana excludente, e outras questões como clientelismo (proteção de políticos em troca de apoio), corrupção da fiscalização (extorsão), luta por espaços demarcados arbitrariamente e, em face de fenômenos como o rapa (apreensão dos produtos em *blitz* de fiscais e guarda metropolitana), uma notável capacidade de fuga e posterior retomada do espaço, que é ocupado de acordo com a dinâmica dos fluxos de transporte coletivo da metrópole paulistana (ITIKAWA, 2006, p. 380).

DOMINGO, 6 DE FEVEREIRO DE 2000

Governo prepara combate ao trabalho informal

Na segunda quinzena do mês, 3.200 fiscais iniciam operação contra contratos ilegais

LILIANA PINHEIRO

O Ministério do Trabalho prepara uma ofensiva contra a informalidade no mercado de trabalho, que, segundo seus cálculos, já atinge 36% da força de trabalho brasileira. Na segunda quinzena deste mês, inicia uma operação em favor da carteira assinada envolvendo todos os 3.200 auditores fiscais do trabalho do País, 850 dos quais no Estado de São Paulo.

"A partir do fim do mês, durante seis meses, todos os auditores terão como prioridade a fiscalização dos contratos de trabalho das empresas", avisou a secretária de Inspeção do Trabalho do ministério, Vera Olímpia Gonçalves.

A meta é obter a formalização de, no mínimo, 5% dos vínculos empregatícios ilegais, que representaria, em números absolutos, pelo menos 593 mil contratações no semestre.

Trabalhador sem registro é marcado pela insegurança

Informais vivem com medo de ficar doente e de chegar à velhice sem aposentadoria

Muitos dos milhões de trabalhadores que saem de casa todas as manhãs para um emprego informal já tiveram uma ocupação com carteira assinada, mas nunca mais conseguiram fazer valer esse direito. Por isso, eles dependem de amigos – "os testas-de-ferro do bem", que podem comprovar renda – para fazer compras a crédito, para conseguir alugar uma casa ou para obter um empréstimo.

Eles contam que suas vidas são difíceis e movidas pelo medo de sofrer um acidente de trabalho (não têm seguro, como os formais, e assim não esperam compensação de es-

de verdade nessa vida, que me empresta o nome." O amigo é uma espécie de testa-de-ferro, mas "do bem", ela ressalta.

A vendedora Maria Lúcia Martins, de 38 anos, é outra que se vale de amigos para alugar a casa, comprar carro em prestações e fazer crédito em lojas. Já trabalhou numa indústria farmacêutica, com registro, onde tinha benefícios adicionais aos da lei, como o plano de saúde. Quando saiu, há pouco mais de dois anos, fez um plano particular para ela e os filhos. No mês passado, deixou de pagar o plano por falta de dinheiro.

Reza – "A mensalidade subiu de R\$ 147 para R\$ 280", disse. "Agora é rezar para não acontecer nada." Previdência ela também não paga e, portanto, não espera se aposentar. Na nova ocupação, Maria Lúcia não tem direitos trabalhistas, mas a empresa tem garantias, já que ela assinou contrato de venda exclusiva de seus produtos.



Foto: Flávio Dalmazi/ABE

Cerali: enfermeira não tem mais plano de saúde



Foto: Flávio Dalmazi/ABE

Maria Lúcia: "Agora é rezar" para não ficar doente



Foto: Flávio Dalmazi/ABE

Figura 1: O combate a atividades como a dos camelôs revela ausência de políticas trabalhistas que contemplem a informalidade. A política de fiscalização atua sob o viés da criminalização. Já entre os ambulantes, há forte sentimento de insegurança, conforme pode-se aferir de reportagem realizada pela Folha de S. Paulo a 6 de fevereiro de 2000.

3. Considerações teóricas e abordagem conceitual

Sob viés dialético, bibliográfico e comparativo de fontes de cada época, quais sejam, jornais publicados na década de 1.920 e jornais publicados no início do século XXI, toma-se por pano de fundo desse artigo uma leitura sócio-histórica dos períodos citados a partir de um olhar antropológico de autoras como Lilia Schwarcz (1987 e 2015) e Maria Wissenbach (1998), e de trabalhos bastante específicos e detalhados como o de Luciana Itikawa (2006), que desnuda a questão do camelô, na atualidade, com vasto repertório de fontes e pesquisas de campo.

A atentar acerca de uma abordagem acadêmica das representações simbólicas da mídia ao tratar do assunto etnia e sua correlação com a condição social dos indivíduos, questão muito presente nas publicações do professor doutor Ricardo Alexino Ferreira (2001), também se busca seguir as orientações do professor doutor Dennis de Oliveira³ no que tange a se evitar reducionismos ao problematizar a desigualdade de distribuição de recursos materiais e simbólicos, aspecto balizador da cultura popular.

Em face do observado acima, a pergunta e a problemática do presente panorama é a busca por melhor compreender por que o trabalho informal é mediado junto à população por órgãos de imprensa que no transcorrer de um século continuam a fabricar a discriminação e a apoiar, em seus discursos, uma elite paulistana de comportamento historicamente racista, no sentido de elite dado por Muniz Sodré (1999, p.77). Elite, essa, que atualmente se posiciona de forma recriminatória diante da grande maioria da população desprovida de recursos – e negra.

A fim de não descolar a abordagem proposta do cenário de precarização mundial das relações de trabalho, recorre-se, aqui, a Manoel Castells (2005, p. 28) quando é veemente na afirmação de que as novas tecnologias, dentre elas as comunicacionais, estão a colocar uma parte significativa da humanidade em condições de irrelevância estrutural. É também necessário levar em conta o que Harvey (1992) trouxe sobre o contexto de acumulação flexível, nova forma de capitalismo que, em face da reestruturação

³ Professor Livre Docente da USP e Coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos de Cultura e Comunicação.

produtiva dada nos Estados Unidos na década de 1970, acarretou em desregulação e subcontratação no mercado de trabalho. Tal modelo reorganiza os espaços de áreas urbanas a partir da apropriação de áreas mais movimentadas por pessoas que estão em busca de sobrevivência.

Essa reestruturação ocasionou uma reorganização das relações de trabalho, impulsionando uma série de contingentes de pessoas desempregadas para as práticas econômicas da camelotagem (MENDES, L. CAVEDON, N., 2012, p. 126).

A conexão entre os dois períodos propostos, em face da comparação das representações dos camelôs pela imprensa, reside no fato de que se observa que o desemprego e as ocupações precárias e informais têm afetado mais os trabalhadores negros do que os brancos, conforme atesta o Relatório de Pesquisa de Emprego e Desemprego de 2013⁴.

4. Análise comparativa dos dois momentos históricos em perspectiva

Embora seja um fenômeno que mundialmente tenha aparecido com força nos Estados Unidos, na década de 1970, resultado da reestruturação produtiva que abalou o mercado de trabalho formal, o entendimento do mercado camelô não pode ser confinado à ideia de precariedade, de casta social marginalizada ou de um grupo que procura sobreviver na ilegalidade e informalidade por opção. Quando se parte de uma perspectiva histórica e especificamente pensada em relação à cidade de São Paulo, o fator escravização confere à questão uma maior complexidade.

No período que antecedeu aos anos 1.920, mais especificamente entre os anos 1.850 e 1.880, São Paulo assiste a uma peculiar forma de escravidão. Os assim chamados escravos de ganho tinham maior margem de negociação com seus senhores, o que lhes dava maior liberdade para circular e improvisar, principalmente vendendo alimentos como ambulantes. O fato de pesar sobre eles um ideário estatal e médico racista que afirmava a inferioridade moral e social, não impediu que passassem a ocupar a circularidade e a espacialidade urbana de São Paulo. Inicia-se uma lógica econômica, espacial e política do que se tornou o trabalho de rua informal, conforme descreve Wissenbach (1998).

⁴ Disponível em <http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmet.pdf>

A escravidão urbana tendeu a atenuar os rigores do regime, ampliando a margem de negociação dos escravos com seus senhores, dando-lhes maior liberdade para circular pelas ruas e improvisar variados expedientes que aumentavam seus ganhos, além de favorecerem o exercício de uma sociabilidade nas irmandades e em pontos específicos da cidade (WISSENBACH, 1998, p. 135).

Enquanto a questão do escravo ou do forro passava longe de qualquer discussão acerca de cidadania, nos periódicos da época, e sim de como a sociedade branca haveria de se ver livre de seu “passado negro”, conforme Rio Branco, ministro de Relações Exteriores (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 342), e ao mesmo tempo em que os negros e mestiços eram tomados por desorganizados, social e moralmente, ao passarem a ocupar a circularidade e a espacialidade urbana de São Paulo, dava-se, inevitável, o início de uma lógica econômica, espacial e política do que viria a ser o trabalho de rua informal, naquela área específica.

Atualmente, existem em torno de 138 mil ambulantes no município, segundo o Dieese (dados de 2010). Estão concedidas apenas cerca de duas mil licenças. Pode-se aferir que um exército de cerca de 136 mil trabalhadores é obrigado a correr diariamente para fugir da fiscalização. Como um elo entre uma cadeia que envolve contrabando de eletroeletrônicos e uma população de baixa renda que os consome, os camelôs paulistanos e sua grande agilidade, que vem de camelo, no sentido de carregarem suas mercadorias nas costas⁵. Cabe ressaltar análise da questão territorial e étnica dada por Ferreira.

A maioria dos negros brasileiros está confinada nas favelas, cortiços ou periferias das grandes cidades. Ao sair deste espaço, esta população negra é subjugada pelas forças auxiliares do governo (Polícia Militar) ou por seguranças particulares, contratados por empresas ou pessoas físicas, que quase sempre a tomam por “marginal” e como uma ameaça natural ao patrimônio, à vida e à manutenção do *status quo* das classes economicamente dominantes⁶.

⁵ . Por Luciana Itikawa, disp. em <http://outraspalavras.net/brasil/camelos-preconceito-e-resistencia>.

⁶ Por Ricardo Alexino Ferreira. Disponível em http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/ricardoalexinoferreira.htm

5. Análise das similaridades entre as fontes: a representação do camelô como degradante à paisagem das áreas centrais

De acordo com jornais de 1921 e 2001, respectivamente as figuras 2 e 3, quem ocupa as áreas do centro paulistano para venda como ambulante, degrada o ambiente urbano.



Figura 2: Crônica publicada na 1ª edição da Folha da Noite (atual Folha de S. Paulo), em 19 de fevereiro de 1921. Faz uma análise da beleza do Largo São Bento, mas se refere pejorativamente aos vendedores ambulantes como camelotes “que andam pelas vizinhanças a importunar o público”.



Figura 3: Em 16 de maio de 2001, a Folha de S. Paulo repercute a questão do camelô como degradante à paisagem e um obstáculo à limpeza das áreas centrais.

6. Enquanto a lei prescreve prisões e apreensão de produtos (rapa), camelôs sofisticam estratégias de fuga rápida para evitar perdas.

Em duas publicações distantes no tempo, representadas pelas figuras 4 e 5, pode-se inferir que o aparato público é ineficaz para coibir a fuga e o retorno dos camelôs aos pontos centrais da cidade.

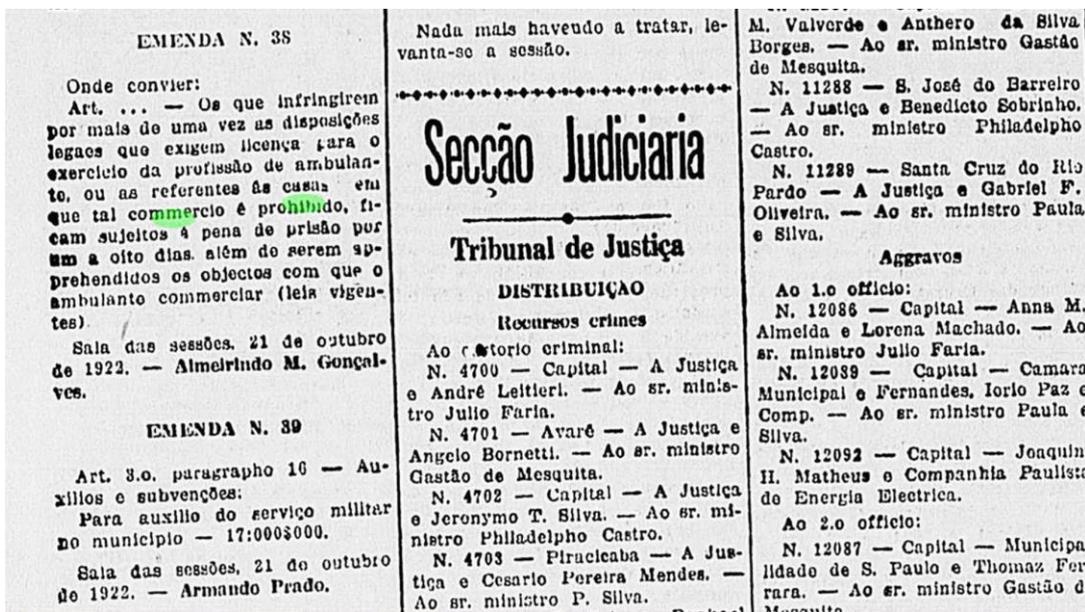


Figura 4: Domingo, 22 de outubro de 1922, o Correio Paulistano publica o conteúdo da sessão ordinária do dia anterior da Câmara Municipal. A emenda de número 38 prescreve prisão aos vendedores ambulantes sem licença, e apreensão dos objetos comercializados.

**RÁDIO PIRATA GCM afirma não poder coibir uso dos aparelhos pelos ambulantes
Camelô usa walkie-talkie contra rapa**

RICARDO GALLO
DARIEDAÇÃO

Acostumados a duelar com a prefeitura pela ocupação das ruas de São Paulo, os ambulantes do centro da cidade passaram a recorrer a radiocomunicadores portáteis para escapar da fiscalização—o chamado rapa.

O artificio é uma saída para evitar apreensões de mercadorias e, também, conflitos com a GCM (Guarda Civil Metropolitana).

Os aparelhos, walkie-talkies, passaram a ser usados há cerca de seis meses, segundo os próprios camelôs. "Já são uns 30 [aparelhos]", estimou um deles, que não quis se identificar. A estratégia eletrônica é uma alternativa à habitual gritaria que antecede a fiscalização de GCMs no centro.

Nem todos os ambulantes, porém, usam os walkie-talkies. Os aparelhos são pequenos, do tamanho de um celular, e custam de R\$ 150 a R\$ 800, conforme o modelo e a distância que pode alcançar.

Há cerca de 2.000 camelôs irregulares na região central, segundo a Subprefeitura da Sé. Autorizada a trabalhar, são 974.

Discrissão
"Ninguém pode saber que a gente faz isso [usa os aparelhos]", diz um ambulante. "Mas os guar-



Camelô com walkie-talkie, utilizado para evitar fiscalização da prefeitura na região central de SP

nal [Subprefeitura da Sé], não."

Para o coordenador do Movimento dos Ambulantes de São Paulo Juarez Gomes, negar com radiocomunicadores é uma defesa ante as ações da GCM. "É uma estratégia. O aparelho é barato e qualquer um pode comprar."

uso nem apreender os walkie-talkies dos camelôs que atuam no centro de São Paulo. A GCM disse, ainda, não fazer escuta na frequência usada pelos ambulantes.

A investigação do uso dos aparelhos é restrita, segundo a assessoria de imprensa do órgão, porque a GCM só pode usar, no rádio, frequência autorizada pela

Segundo a GCM, há 873 guardas-civis para coibir o comércio ilegal no centro da cidade. Em 2005, a superintendência fez 75.891 apreensões. Neste ano, até o início do mês, foram 17.896.

De acordo com a Subprefeitura da Sé, houve aumento nas mercadorias apreendidas entre 2004 e 2005 — foram 1.644 toneladas no

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA EM SÃO PAULO

Ministério da Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Receita Federal de Adm. Trib. em São Paulo torna pública a abertura da Tomada de Preços nº 01/2006. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação completa, incluindo elaboração de Projeto Executivo e testes de funcionamento, de equipamento de Ar Condicionado tipo "Split" e aparelhos de geladeira, para ornamentação do edifício do CAC/Prêmio. Abertura: 29/03/2006 - Horário: 14h. Local: Av. Prestes Maia, 733 - 7º andar - sala 725 - São Paulo/SP. O interessado e seus anexos poderão ser adquiridos, gratuitamente, na Sala de DERAT/Digital/Equip. no endereço acima mencionado, nos dias úteis, a partir de 07/03/2006, no horário das 10h:00min às 12h:00min e das 14h:00min às 18h:00min ou, ainda, através dos sites www.zcsocta.fazenda.gov.br e www.comprasnet.gov.br.

São Paulo, 07 de março de 2006
PAULO JACKSON DA SILVA LUCAS
Delegado da DERAT

Prefeitura Municipal de Suzano
ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO PRESENCIAL ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

NÚMERO: 15/2006 - OBJETO: aquisição de medicamentos - ABERTURA DOS ENVELOPES E RENOVO DE JUIZAMENTO 20 de março de 2006, às 14h, no sala de licitação, sala 3 Rua Barão, nº 561, 2º andar, Centro, Suzano-SP. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site www.suzano.sp.gov.br ou mediante pagamento de R\$ 5,00 (cinco reais) no Departamento de Compras desta Prefeitura, na Rua Barão, nº 561, 2º andar, Suzano, de segunda à sexta-feira, no horário de 8h às 18h.

MARCELO DE SOUZA CANDIDO - Prefeito Municipal

CLUBE PAINEIRAS DO MORUMBY

EDITAL Nº 92

A fim de tratar assuntos de interesse mútuo, relacionado com nossas correspondências anteriores, solicitamos comparecimento a Central de Atendimento do Clube, os associados abaixo listados. A ausência de pronunciamento do interessado até 26 de março de 2006, IMPROCRIGAVELMENTE, implicará na aplicação dos dispositivos Estatutários relativos ao assunto ora tratado.

RELAÇÃO DE TITULOS

0087 Luciana Helena Muzzi - 0089 André Urbano - 0412 Luz Carlos de Figueiredo Sá - 0450 Fugim Yamashita - 0539 Rubens Passaro - 0548 José Luiz Lamprea Morand - 0737 Ivani Mariani Parashuk - 0837 David Robert Flocas - 0960 Paulo Henrique Lichy - 0987 Maria Luiza de Castro Figueiredo Ruggia - 1074 João Naze Netto - 1105 Fernando Dora de Bellis - 1137 Almir de Oliveira Ruggieri - 1138 Ivan Mendes Pereira - 1150 Salvador José de Paula - 1242 Carolina de Almeida Damasceno - 1256 Luiz Cláudio Caban

Figura 5: O duelo por espaço nas ruas e perseguição de guardas-civis leva os camelôs a aperfeiçoarem seus métodos para fuga rápida e evitarem, assim, a apreensão de seus produtos. Matéria de Folha de S. Paulo de 8 de março de 2006 utiliza de trocadilho no subtítulo, referindo-se ao uso de walkie talkie pelos camelôs como "Rádio Pirata".

7. Setores da elite paulistana cobram fiscalização rigorosa do Estado

Os jornais de ambas as épocas dão espaço nobre a notícias com foco sob o viés das elites econômicas que cobram ações do Estado. Transfere-se, assim, aos camelôs os problemas conjunturais das áreas urbanas (figuras 6 e 7).



Figura 6: Em sua edição de 21 de fevereiro de 1921, o jornal Folha da Noite cobra fiscalização contra camelôs e outros aspectos considerados “immoraes” (à direita, sob o título Aspectos da Cidade): o projeto das elites urbanas paulistanas transfere seus problemas conjunturais à presença e atuação dos excluídos – ontem e hoje.

FOLHA DE S. PAULO
COTIDIANO
domingo, 14 de maio de 2006 C 7

A SITUAÇÃO DOS CAMELÔS

769 TPU's foram expedidos pela prefeitura para a região da Sé e República, que recebe cerca de 2 milhões de pessoas diariamente

752 estão irregulares, segundo a Associação Viva o Centro

* A Superintendência de Fiscalização de OC's (Serviço Especial de Ordem e Circulação) em março de 2006, para fins de controle de trânsito, expediu 769 TPU's para a região da Sé e República, com 752 irregulares.

O que diz a lei

Os ambulantes devem ficar a uma distância mínima de bens e monumentos tombados (20 metros) e de faixa de pedestres e arelhos (cinco metros)

Não pode haver camelôs em frente às agências bancárias

Dependendo da concessão, a distância entre os ambulantes não pode ser inferior a dez metros

ADMINISTRAÇÃO Levantamento da Associação Viva o Centro analisou as concessões da prefeitura nas regiões da Sé e da República

Lista aponta 98% de camelôs irregulares

apenas um dos 85 TPU's da rua de Março está regular

LUISA BRITO
DA REPORTAGEM LOCAL

A maioria dos camelôs da cidade de São Paulo que possui permissão da prefeitura para comercializar no centro estão instalados em locais irregulares.

Levantamento da Associação Viva o Centro mostra que a própria prefeitura concede TPU's (Termos de Permissão de Uso) em desacordo com a lei que regulamenta o comércio ambulante na cidade. Dos 769 termos em vigor na região da Sé e República, 98% estão em áreas irregulares, segundo a associação.

Para identificar as ilegalidades, a pesquisa levou em consideração as distâncias mínimas, previstas em lei, que os ambulantes devem ficar de bens e monumentos tombados (20 metros), de faixa de pedestres e de arelhos (cinco metros) e de agências bancárias (não

Figura 7: Sociedade civil (leia-se comerciantes estabelecidos), na forma da ONG Viva o Centro, que haja mais fiscalização, com voz e vez junto aos jornais, como nessa matéria de 14 de maio de 2006 publicada pela Folha de S. Paulo.

8. Em ambas as épocas, camelô é representado como desordeiro e imoral

A questão do camelô ganha as páginas dos jornais como um problema social e moral, em ambos os momentos históricos (figuras 8 e 9).

profissional, quanto os advoga-
dos "avacalhados". Para não
ir muito longe, nem sempre
fizeram a por ali vários escri-
ptórios que tomam a si arranjar
concordatas segundo o processo
e que já aliudim, escriptórios
que não hesitam em ter, lado a
lado, da vossa na mesma sala —
e sempre como socios — o ad-
vogado do concordatário e o
dos commissarios. Isto é, se de-
legados dos ordens e o do de-
vedor. Os leiteiros podem in-
tegrar os combalacos que os
leites secos fazem... Também é
muito comum, no Forum, en-
contrar-se numa fallada, como
advogado do fallido, e socio do
acceptorio do atrevido dos
syndicos...

Diante de tanta confusão, era
natural e até muito necessario
que se fizesse um plano de ma-
nobra, dirigido contra todos os
terminos que, sob a capa de
negociantes infelizes, se que-
rem furtar os credores, sob o
pretexto de ordens, sob o pre-
texto da lei. Pelamente, já
se vai accretando o movimen-
to contra lras fallidas, e não
há quem não aplauda no Pa-
rta a energia de alguns juizes
que ordenam a prisão dos fal-
lidos, quando se queiram se
arruinar. No o Sr. Falla Parla,
Juiz da 1.ª vara, decretou, nes-
tes dias, tres ou quatro prisões
de fallidos.

A falta de braços

A conferencia de conselheiros An-
tonio Prado no Conselho Par-
tial de Agricultores

Na 11 e na 12.ª horas, na So-
ciedade Paulista de Agricultura,
foi a conferencia de conselheiros

Saneamento moral da cidade

Policia de costumes

O dr. Virgilio do Nascimento vai iniciar varias
campanhas de saneamento moral. — Os
menores abandonados. — A
mendicância profissional. — Outras medidas
louvaveis.



Um flagrante das nossas ruas.

este profissional. Ainda nesta
manha foram presos dois vende-
dores de lencinhos, cujas mercen-
darias foram apprehendidas.

Não menos profissional de que
este commercio é o da venda de
livros, com gravuras e textos
ilustrados, que são aterroriza-
das ruas e que já foram gran-
des pilhas nos armarios da 2.ª
delegacia auxiliar, como nos foi
já visto.

Outro ponto que precisa de at-
tenção do dr. Virgilio do Nas-
cimento é o de certas ruas e se-
ctores da cidade, occupadas exclu-
sivamente por mulheres men-
dicantes, e todas as inconvenien-
cias resultantes d'isto facto, que
vão hoje tornar estas ruas publi-
camente intrançaveis por fami-
lias frequentes de mendigos, etc...

O Sr. do Nascimento acaba de re-
fazer a sua assignação em todo
o municipio e por que vai pas-
sar a Paulo.

A policia da capital da Repu-
blica, emquanto habitar com a
policia municipal, não poderá
occupar-se do "saneamento moral"
em certas ruas e a não
precebeo tempo todas as suas
funções. Os resultados não se
podem esperar e vixiam mes-
mo antes das reclamações de
inquilinos que occupam as
ruas de São Paulo, e que em
sua falta, não podem ser habi-
tadas senão por greves de mi-
seria. Tal, porém, não se deu a
e estas situações começaram a
ser melhoradas por numerosas ca-
sas de commercio.

A policia de São Paulo, no in-
tuito de realizar a reforma
debruçada, já tomou as preli-
minares providencias para que
seja feita a reforma nos contra-
tos de locação e de arrenda-
mento.

Figura 8: À página 3 da edição de 05 de março de 1921 do periódico Folha da Noite, o delegado de costumes promete maior repressão aos “mendigos profissionais” e menores que ganham a vida como vendedores ambulantes. O comércio ambulante de rua é circunscrito a imoralidade e tratado como caso de polícia.

SP gasta abaixo da lei em educação

No primeiro semestre, Serra investiu 28% da receita; se não atingir o mínimo de 31% no ano, ele pode ter contas rejeitadas

ADMINISTRAÇÃO

MAIS RECURSOS

A Lei Orgânica do Município determina que 28% da receita líquida com impostos seja investida em educação

Agora poderá ter recebido mais R\$ 120 milhões em investimentos se tivesse sido atingido

Resultado do Município

Período	Receita Líquida	Investimento em Educação
1º semestre 2005	R\$ 2.472,5	R\$ 698,4
1º semestre 2004	R\$ 2.273,3	R\$ 590,6

Gastos com educação

Período	Despesas com Educação
1º semestre 2005	R\$ 706,5
1º semestre 2004	R\$ 1.205,9
1º semestre 2003	R\$ 1.086,8

Despesa com educação

Período	Despesa com Educação
1º semestre 2005	R\$ 350,0
1º semestre 2004	R\$ 274,0
1º semestre 2003	R\$ 285,2
1º semestre 2002	R\$ 284,4



Camelôs voltam a causar tumulto no Brás

Protesto foi contido pela PM, mas comércio fechou as portas

Mariano Pinto

Policiais militares de três batalhões ficaram durante todo o dia de ontem patrulhando as ruas do Brás, na região central. Anteriormente, camelôs quebra-ban na região enfrentaram a policia depois da retirada de quatro batallões e apreensão de mercadorias. Apesar da presença de cerca de cem policiais, os ambulantes iniciaram um protesto às 10 horas. Foram contidos pela PM.

Com medo, alguns comerciantes fecharam as portas e outros ficaram com medo de serem roubados. As lojas foram reabertas por volta das 14 horas. "Foi um pouco a porta por pressão", disse um comerciante de Rua Oriente. Ele contou que antontem ficou com as funcionárias trançadas na loja até as 16 horas. "Estávamos com medo de sair. Eles pegam o produto, destroam até o produto".

De 18 horas antontem e levados para o IPI no Brás, foram liberados. O restante foi enviado em flagrante por crimes de formação de quadrilha, disse ao portafolho, sendo corporal, resistência e desobediência a policia. A maioria dos presos é integrante da Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo.

Outros vendedores serão inquiridos e depois se alguns declarações sobre como são organizados os protestos. "Camelôs de que há alguma ação criminosa nem manifestações, a policia poderá pedir a Justiça que decreta a prisão do presidente do sindicato, Adriano José da Silva, por formação de quadrilha. A reportagem tentou falar com ele ontem, mas não conseguiu encontrar-lo no sindicato nem pelo celular.

Ontem, ambulantes organizados foram retirados da Rua Oriente por guarda civil metropolitana (GCM). A GCM comunicou, em nota oficial, que continuará a fazer operações no local com a Subprefeitura de Mooca "para cobrir os olhos nos casos de espaço público na região do Brás, principalmente no Largo da Conceição, Rua Oriente e Inediteiros".

Figura 9: O Estado de S. Paulo de 13 de agosto de 2005, enfatiza os camelôs como desordeiros. A ausência de canais institucionalizados de negociação leva a questão ao campo da violência e repressão. No dia 11 de agosto desse mesmo ano, camelôs protestaram contra a truculência da polícia, ato que foi tratado com ainda mais força bruta e prisões.

10. Considerações finais

Por meio desse breve panorama das representações do camelô por jornais da década de 1.920 e dos primeiros anos do século XXI da capital paulista, buscou-se repercutir, enquanto questões para reflexão, os elementos ideológicos utilizados pela imprensa de ambas as épocas no sentido de se criar um senso comum de discriminação com relação a vendedores ambulantes das áreas centrais de São Paulo.

A desigualdade social e a forte segregação sócio-espacial da maior metrópole do País são corroboradas pela mídia impressa sob os mesmos moldes desde que esta era associada às elites racistas e ao Estado, no início do século XX, e, recentemente, aliada ao projeto das elites (e do Estado), que almejam o expurgo de elementos que “sujem” a paisagem urbana central – tal como antes e, atualmente, os negros e pobres camelôs.

Algumas similaridades podem ser detectadas nas conjunturas dos dois momentos históricos abordados e na tomada de posição por parte dos órgãos de comunicação (ITIKAWA, 2006, p. 379): investimento do Estado no controle e repressão, na contramão da inclusão social; o tratamento do comércio de rua como algo que “suja” e degrada a paisagem; os camelôs são vistos pelos donos do comércio de alto padrão como inimigos do turismo e do entretenimento; o combate à pirataria de produtos que escapam à tributação, sem se levar em conta que se trata de um fator de conjuntura mundial; a ausência de problematização, por parte da imprensa, das questões sociais que envolvem os vendedores ambulantes.

Por trás da verificável tentativa de sedimentação de um senso comum de discriminação aos camelôs a partir da imprensa de ambas as épocas, há ao menos três similaridades: a governança estatal que oprime pela violência, um projeto urbano das elites que se sustenta pela exclusão social, e a criminalização do trabalho informal nos espaços públicos.

A partir das especificidades históricas conjunturais brasileiras para as questões do trabalho informal e da condição dos camelôs das áreas centrais da cidade de São Paulo, pode-se apreender que pouco mudou em relação ao tratamento da imprensa às questões sociais, desde o período de escravização até hoje.

Bibliografia

CASTELLS, M; CARDOSO, G. **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **A Representação dos Negros em Jornais no Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil**. Dissertação de mestrado. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001^a.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

ITIKAWA, Luciana Fujimoto. **Trabalho Informal nos espaços públicos no centro de São Paulo**. São Paulo, 2006. Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em estruturas ambientais urbanas.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. Revista Serviço Social e Sociedade, ed. 111, São Paulo, 2012.

MENDES, Luciano. CAVEDON, Neusa Rolita. **A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 4, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro – Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do século XIX**. 1^a reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil, uma Biografia – 1^a ed.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SODRÉ, M. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 77.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo, Hucitec/História Social, USP, 1998, p. 135.